

A historicidade da categoria subjetividade¹

Maria da Graça Marchina Gonçalves²
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo

O objetivo do artigo é discutir a categoria subjetividade na forma dupla como se configura na modernidade: como experiência ampliada, reconhecida e aprofundada e como questão epistemológica central no bojo da definição da ciência moderna. Ambos os aspectos, na sua interseção e desenvolvimento, serão fundamentais na construção histórica da psicologia. O texto aborda alguns fatores relacionados a essa dupla configuração da categoria subjetividade, a partir do desenvolvimento do capitalismo. Aponta como essa dupla marca aparece nas principais teorias da psicologia sem que a contradição subjetividade-objetividade seja superada e também os elementos de crítica às teorias tradicionais que podem levar a essa superação. Por fim, são indicados aspectos atuais dessa questão, no seio do debate da pós-modernidade, no qual alguns marcos da modernidade que implicaram nessa dupla configuração são revistos, obrigando a uma rediscussão das noções de indivíduo, sujeito e subjetividade.

Palavras-chave: subjetividade, subjetividade-objetividade, pós-modernidade.

The historicity of the category of subjectivity

Summary

This article aims to discuss the category of subjectivity in its double modern configuration: as an enlarged, recognized and deepened experience and as a central epistemological question to the definition of the modern science itself. Both aspects, in their intersection and development, will be fundamental to the historical construction of Psychology. The text runs through some factors related to this double category configuration derived from the capitalism development; it points to how this double feature is present in the main psychological theories with the subjectivity/objectivity contradiction not resolved, and also points out the critical elements about the traditional theories which may lead to solution of this impasse. Finally, some current aspects of this question are pointed out, amidst the post-modernity debate in which some frames for modernity implied in this double configuration are reviewed, leading to a new discussion of the notions of individual, subject and subjectivity.

Key-words: subjectivity, subjectivity-objectivity, post-modernity.

Subjetividade na modernidade: constituição histórica de uma experiência e de uma categoria

A referência básica de análise neste texto é a da historicidade das experiências humanas, bem como das idéias produzidas pelos homens como expressão mediada dessas experiências. Entendemos como experiências humanas toda a atividade realizada

socialmente pelos homens, como forma de atender suas necessidades, produzindo, dessa forma, sua própria existência. As experiências concretas de atividade dos homens implicam, necessariamente, na produção de idéias e representações sobre elas, as quais refletem sua vida real – ações e relações.

Colocando de outra forma, partimos das categorias trabalho e relações sociais para situar o

1. Trabalho apresentado na Mesa redonda: "Subjetividade: relações entre a constituição do conceito e da realidade", na XXVIII Reunião Anual de Psicologia, outubro, 1998.

2. Endereço: Rua Tucuna, 1237 - São Paulo-SP - CEP 05021-010.

homem na sua historicidade, entendendo que através da transformação da natureza, em sociedade, para produção de sua existência, o homem constitui-se, historicamente, enquanto tal. Em sua constituição histórica o homem produz bens materiais e espirituais, ou seja, produz objetos e idéias.

O conjunto de idéias produzidas pelo homem inclui crenças, valores e conhecimentos de toda ordem. De acordo com nosso referencial, então, as idéias e conhecimentos produzidos pelo homem em um determinado momento histórico refletem a realidade desse momento histórico, ou seja, nosso pressuposto é de que a origem das idéias produzidas socialmente está na base material da sociedade.

Essas idéias, por sua vez, orientam a ação dos homens e, nesse sentido, modificam e desenvolvem a ação, processo no qual também são modificadas. Trata-se de um processo contínuo de relação, que ocorre de forma dialética, expressando a unidade contraditória entre real e racional, numa perspectiva materialista. Isto significa entender que, embora as idéias tenham seu próprio movimento, que deve ser descrito e analisado a partir da comparação de diferentes autores, conceitos, representações, na sua contraposição e desenvolvimento, tal movimento deve, por outro lado, ser sempre situado na sua relação com o movimento da base material e, em última instância, como representação dela.

A categoria subjetividade, tomada simultaneamente como experiência humana, signo e conceito teórico pode mostrar essa relação construída no movimento histórico. Enquanto experiência humana, a subjetividade modifica-se e aparece de diferentes formas ao longo da história humana; enquanto signo, designa essa experiência, modificando-se juntamente com ela, ao mesmo tempo permitindo a expressão dessa experiência e transformando-a; enquanto signo que ganha o estatuto de um conceito teórico, aparece no bojo do desenvolvimento da ciência na modernidade, mais especificamente com a psicologia, embora não apareça desde o início formal dessa ciência como um conceito explícito.

Evidentemente, a categoria subjetividade implica a categoria sujeito e, por essa via, tratando das duas categorias, ou de uma delas, pode-se fazer a análise que indicamos, do caráter histórico da subjetividade. Para essa análise, faremos um recorte

a partir da modernidade, considerando que é nesse momento que surgem algumas importantes questões, presentes hoje, que nos propomos a problematizar como forma de refletir sobre a psicologia e sua produção teórica.

Isso posto, podemos então dizer que a subjetividade só se torna objeto de conhecimento científico em função de alguns fatores históricos: quando se torna uma experiência privatizada, aprofundada e universal e quando, enquanto experiência privatizada, entra em crise, conforme análise de Figueiredo (1997).

Isso ocorre com o advento do capitalismo. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas põe em relevo o indivíduo, como possuidor de livre arbítrio, capaz de decidir que lugar ocupar na sociedade, já que a nova sociedade se abre enquanto um mercado no qual todos podem vender e comprar em função de seus próprios talentos. A necessidade de se produzir mercadorias impõe aos homens uma participação na sociedade enquanto indivíduos, produtores e/ou consumidores de mercadorias.

O liberalismo, enquanto ideologia da burguesia, expressa essa ênfase no indivíduo. Todos os homens são livres e iguais; apesar de iguais, têm interesses próprios (individuais); isso se resolve através da fraternidade.

Por outro lado, o romantismo, que representa a nostalgia da velha ordem, da aristocracia feudal, também fala aos indivíduos. Os indivíduos são todos diferentes. A liberdade é a liberdade de ser diferente. Apesar de diferentes, todos têm grandes e intensos sentimentos e sentem falta da vida em comunidade.

Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo mostra que tanto a liberdade quanto as diferenças entre os indivíduos são ilusões. Por um lado, o fortalecimento do Estado; por outro, a produção da grande indústria. Ou seja, as propostas iniciais do liberalismo devem ser revistas, é necessário fortalecer o Estado e limitar a liberdade individual, já que a fraternidade ainda não foi possível. Estamos no século XIX e a realidade política pós revoluções burguesas mostra isso.

Por sua vez, o romantismo se desatualiza de vez, pois representava a velha ordem social que está agora perdida para sempre. O desenvolvimento e a consolidação da ordem burguesa mostram isso

concretamente e a massificação na qual se sustenta cada vez mais a produção de mercadorias acaba com qualquer dúvida sobre a possibilidade da manutenção das idéias românticas.

Os homens percebem, então, que não são tão livres e tão diferentes como pensavam. Essa perplexidade abre campo para o desenvolvimento de explicações sobre a subjetividade, suas características, constituição, origem, pela via melhor identificada naquele momento histórico como capaz de levar a tais explicações – a ciência como definida pela modernidade, o que dá origem à criação da psicologia como ciência.

Ao mesmo tempo, aquele indivíduo para quem se pregou a possibilidade da liberdade precisa ser controlado e treinado, para que esteja a serviço do capital. O Estado passa também a ter questões sobre as individualidades, as subjetividades, no sentido de adequá-las às suas (do Estado, que representa o capital e a burguesia) necessidades. Dessa forma, o novo conhecimento que passa a ser produzido nesse campo não é só um diletantismo qualquer – como aliás não era nenhuma ciência na modernidade, – mas é, principalmente, um conhecimento a ser aplicado. A psicologia aplicada passa então a ser referência em muitos contextos, principalmente na educação e na indústria, o que facilita a propagação de idéias sobre o sujeito e a subjetividade que contribuirão para uma determinada direção no desenvolvimento da experiência da subjetividade. Ou seja, a divulgação, através da aplicação, de idéias da psicologia contribui para que explicações sobre a subjetividade sejam incorporadas a essa experiência.

Esses aspectos evidenciam já a relação entre a subjetividade enquanto experiência humana concreta, o significado atribuído social e historicamente a ela e o início de sua constituição enquanto conceito teórico. Poderemos observar, através do desenvolvimento da psicologia, como a construção desse conceito teórico ao mesmo tempo está contextualizada historicamente – no sentido de expressar as indagações oriundas do desenvolvimento da base material do capitalismo e responder a elas dentro de possibilidades colocadas historicamente por essa realidade e

pelo correspondente conjunto de idéias que a representa – e, ao mesmo tempo, como o conceito (ou conceitos) produzido(s), modificam a própria experiência.

Uma particularidade da categoria subjetividade deve ser indicada neste momento, pois serve também de parâmetro para a análise que estamos fazendo. Ao se constituir em conceito teórico, a subjetividade delimita o conjunto de experiências do sujeito. E, nesse conjunto, está a experiência do conhecimento, inclusive a experiência do conhecimento sobre as próprias experiências subjetivas. Essa complexidade evidenciada no seu surgimento pela modernidade acompanhará todo o desenvolvimento das ciências humanas, em especial a psicologia.

O mesmo momento histórico que possibilitou a ênfase no indivíduo e sua subjetividade impõe, contraditoriamente, a necessidade da objetividade do conhecimento. O indivíduo que tem livre arbítrio e pode participar livremente do mercado, com sua força de trabalho (seus talentos) e suas necessidades (reais ou criadas) de consumo, é antes de mais nada um ser dotado de Razão. E essa razão é o instrumento de liberdade do homem. Esse é mais um fator que fortalece a subjetividade. Usando a razão, o homem pode conhecer, pode colocar a natureza a seu serviço. Entretanto, contraditoriamente, a razão deve buscar o objeto, o conhecimento produzido deve ser objetivo. A objetividade é necessária e a subjetividade deve ser controlada através do método, para garantir o conhecimento.

Nesse sentido, podemos dizer que a modernidade coloca a questão da relação entre a objetividade e a subjetividade numa forma em que, contraditoriamente, ambas são afirmadas em sua importância. Essa questão epistemológica que surge com o capitalismo expressa, então, as contradições específicas desse momento histórico. E, a partir de seu surgimento, vai perpassar várias outras questões e debates que surgirão ao longo do desenvolvimento do capitalismo, tais como empirismo x racionalismo; idealismo x materialismo; metafísica x fenomenologia; metafísica x dialética.

A afirmação dos dois elementos, o objetivo e o subjetivo, como expressão de experiências historicamente constituídas, cada uma com sua importância, representou um avanço na compreensão do homem sobre si mesmo, sobre o mundo que o cerca e sobre a possibilidade de conhecer e agir sobre esse mundo. A não compreensão, entretanto, da unidade contraditória entre as duas experiências – de início impossível por limites históricos, mas a partir do século XIX já possível – implicou em limites para esse conhecimento e essa compreensão do homem, com consequências presentes até hoje. Parte das questões postas pela chamada pós-modernidade podem ser entendidas como resultado dessa forma de colocar a questão na modernidade.

A modernidade, no entanto, encerra uma riqueza de questões. Como fruto de um período histórico altamente dinâmico e produtivo, fundado em contradições preñes de possibilidades de superação, podemos dizer que a modernidade não só coloca de forma contraditória a questão da relação entre a objetividade e a subjetividade, mas, também contraditoriamente, coloca a possibilidade de sua superação. Isso ocorre no mesmo século XIX, com o pensamento dialético.

Também aqui podemos perceber o pensamento produzido como expressão da realidade histórica concreta. Se a sistematização da concepção dialética não era necessária ou possível nos séculos anteriores, em que as novas forças produtivas se desenvolviam e se impunham cada vez com mais força, neste século XIX a nova situação do capitalismo traz a possibilidade de se expressar a contradição da realidade em um pensamento organizado, trazendo para o debate uma nova forma de conceber a realidade e seu movimento, o homem nessa realidade e o próprio conhecimento.

O século XIX é o século do apogeu e das primeiras crises do capitalismo. É o século das grandes transformações; algumas que se consolidam, com a nova ordem econômica e política burguesa, e outras que se anunciam, com as propostas socialistas que já questionam a ordem burguesa. É o século das descobertas científicas (na geologia, na biologia, na

física) relativas às transformações da natureza (transformação dos continentes; teoria da evolução das espécies; descoberta das partículas do átomo em movimento). E é o século da consolidação da experiência da subjetividade privatizada e, ao mesmo tempo, da crise dessa subjetividade.

Todos esse fatores históricos contribuem, então, para a sistematização do pensamento dialético, com Hegel e Marx, no qual a realidade da transformação constante de todas as coisas a partir da contradição que encerram é expressa. Nesse sentido, o pensamento dialético representa a possibilidade de superação da separação dicotômica entre objetividade e subjetividade, a partir da categoria contradição. Nessa perspectiva, objetividade e subjetividade continuam a ser afirmadas na sua importância e especificidade, enquanto contrários; mas, ao mesmo tempo, são afirmadas enquanto unidade de contrários, em movimento de transformação constante.

Assim, podemos dizer que com o surgimento do capitalismo e da modernidade, enquanto conjunto de ideias que representam essa realidade histórica, a subjetividade ganha uma forma histórica específica e determinada, seja enquanto experiência humana, signo ou conceito teórico. E podemos dizer também que, pela riqueza de contradições desse momento histórico, a modernidade coloca questões profundas a respeito da subjetividade, questões que, contraditoriamente, vão para além do momento histórico que as engendrou. Estas referências estarão presentes na análise que apresentamos a seguir, um breve histórico da psicologia e a psicologia na pós-modernidade.

A categoria subjetividade na história da psicologia

No âmbito da psicologia, a categoria subjetividade vai aparecer explícita ou implicitamente enquanto seu objeto, objeto esse que expressa questões postas historicamente, como assinalamos acima. E a questão da relação objetividade-subjetividade vai aparecer na configuração desse objeto e na definição de formas para apreendê-lo. Será interessante observar que esses dois aspectos se articularão na

construção das diferentes teorias da psicologia; assim, poderemos falar da subjetividade enquanto objeto da psicologia e da questão metodológica de relação entre objetividade e subjetividade simultaneamente.

Inicialmente essas questões aparecem na contraposição psicologia experimental x psicologia filosófica. Mas, em seguida, vão se expressar de forma particular em cada teoria da psicologia que surge. Apesar das especificidades de cada teoria, apesar das diferenças entre elas, entretanto, um aspecto comum permanece: a separação entre objetividade e subjetividade.

Wundt, o fundador da psicologia é a expressão clara da contradição fundamental que dá origem a essa ciência. Seu maior mérito talvez esteja, exatamente, em ter evidenciado a questão para a psicologia.

Também Wundt sofre as influências do século XIX e suas ambiguidades: apogeu e primeiras crises do capitalismo; subjetividade privatizada e sua crise; positivismo e materialismo dialético; monismo e dualismo; entre outras. Refletindo várias dessas questões, podemos dizer que Wundt, na verdade, funda duas psicologias: uma psicologia experimental, objetiva, que procura explicar a unidade mente-corpo (tentativa de ser monista) e que procura descrever o "funcionamento" da subjetividade de forma objetiva. E uma psicologia, que ele chamou de social, através da qual buscava recuperar a subjetividade que parecia impossível de ser alcançada pela psicologia experimental: essa subjetividade complexa seriam os processos volitivos e a percepção, processos de uma consciência dinâmica e ativa que deveria ser estudada com outro método.

A partir de Wundt as duas perspectivas serão trabalhadas sem se unificarem. As principais correntes da psicologia representam, de certa forma, uma ou outra perspectiva. A análise de Figueiredo (1987) sobre Wundt aponta:

Para Wundt, o domínio da psicologia era vasto e complexo, porque explicar e compreender a experiência imediata exigia tanto uma aproximação com as ciências naturais como uma aproximação com as ciências da sociedade

de e da cultura. Mas na hora de juntar os dois enfoques metodológicos e de juntar as duas imagens de homem no conceito de 'unidade psicofísica' as dificuldades eram imensas e os discípulos de Wundt, em sua maioria, desistiram de acompanhar o mestre e foram procurar soluções menos complicadas, embora, talvez, muito mais pobres. (Figueiredo, 1987, p.60)

Podemos, então, dizer que o surgimento da psicologia como ciência coloca, através de Wundt, de forma clara os desafios postos para uma ciência que se propunha ser objetiva no estudo da subjetividade. A continuidade da psicologia revela a dificuldade de enfrentar esses desafios.

Na sequência, o estruturalismo de Titchener radicaliza na tentativa de conseguir objetividade na descrição da subjetividade através da introspecção. O funcionalismo vai em busca da objetividade nas relações do organismo e da consciência com o meio, atribuindo à consciência (portanto à subjetividade) uma funcionalidade e um dinamismo pragmáticos.

O behaviorismo critica essas tentativas porque, afinal, têm muito pouco de objetividade. Muda o enfoque utilizando critérios de objetividade já para a definição do objeto e não apenas para seu estudo. Em vez da consciência deve-se estudar o comportamento, que é o único aspecto da subjetividade que pode ser tomado de maneira objetiva.

A gestalt, sob influência da fenomenologia, redefine a noção de consciência e propõe a superação do objetivismo analítico que não se adequaria a abarcar uma subjetividade global. A fenomenologia restaura a ênfase na subjetividade e questiona a idéia da possibilidade de uma objetividade sem o sujeito.

A psicanálise tem uma aparência inicial híbrida de várias influências, mas termina por enfatizar um subjetividade revista e submetida ao inconsciente.

O cognitivismo mantém o caráter pragmático do funcionalismo e procura descrever as estruturas cognitivas que se interpõem entre o indivíduo e o meio. Restringe, dessa forma, a subjetividade à cognição e submetete-a a métodos de estudo objetivistas.

Algumas implicações para a noção de sujeito e subjetividade podem ser retiradas desse desenvolvimento da psicologia. Resulta da separação entre objetividade e subjetividade uma naturalização tanto dos aspectos subjetivos como dos aspectos objetivos, que, em última instância, parecem independer uns dos outros. A partir do momento em que são tomados como se fossem independentes, passam a ser vistos como autônomos, com movimento próprio e natural. Caberia à psicologia estabelecer, da melhor maneira possível, os mecanismos de interação entre os aspectos subjetivos e os aspectos objetivos.

Tanto nas visões objetivistas, como nas subjetivistas da psicologia, a separação e a naturalização dos aspectos ocorre. E ao explicar a interação entre os dois tipos de fatores, as diferentes teorias deixam isso claro. Assim, ou se absolutizam os fatores objetivos, submetendo a subjetividade e com ela o sujeito à realidade "externa" a ele, nas visões objetivistas. Ou se autonomizam ilusoriamente a subjetividade e o sujeito, tornando-os absolutos nas visões subjetivistas. No primeiro caso resulta que a subjetividade é desconsiderada na sua complexidade, seja por sua redução ao comportamento observável ou aos aspectos racionais-cognitivos. No segundo caso, a subjetividade é ilusoriamente tomada em sua complexidade, já que, embora apresentada como complexa, termina por ser limitada por uma realidade hostil que impede sua realização.

"O conhecimento psicológico constituiu-se marcado por dicotomias: objetividade e subjetividade, corpo e mente, natural e cultural, objeto e sujeito, razão e emoção indivíduo e sociedade, exclusão e inclusão. Com isso, o sujeito da psicologia oscila entre uma objetividade observável e uma subjetividade inefável." (Molon, 1997, p. 21)

Apesar de percorrermos caminhos opostos, pode-se dizer que as duas vertentes acabam por impor uma noção de subjetividade comum que historicamente tem influenciado o próprio desenvolvimento da experiência concreta de subjetividade. Trata-se de uma subjetividade natural, constituída de

maneira individual no enfrentamento da objetividade. Isso aparece na discussão de fenômeno psicológico feita por Bock (1997), que mostra que, independentemente da teoria que ilumina o psicólogo, ele tem uma noção de indivíduo própria das aventuras do Barão de Munchhausen.

"O homem colocado na visão liberal, é pensado de forma descontextualizada, cabendo a ele a responsabilidade por seu crescimento e por sua saúde psicológica. Um homem que 'puxa pelos seus próprios cabelos e sai do pântano por um esforço próprio'. Um homem que é dotado de capacidades e possibilidades que lhe são inerentes, naturais. Um homem dotado de uma natureza humana que lhe garante, se desenvolvida adequadamente, ricas e variadas possibilidades. A sociedade é apenas o locus de desenvolvimento do homem. É vista como algo que contribui ou impede o desenvolvimento dos aspectos naturais do homem. Cabe a cada um o esforço necessário para que a sociedade seja um espaço de incentivo ao seu desenvolvimento. As condições estão dadas, cabe a cada um aproveitá-las." (Bock, 1997, p. 277)

É uma visão que está presente, de alguma forma, nas várias teorias da psicologia e orienta a concepção e a atuação dos psicólogos em relação ao fenômeno psicológico. Mas é uma visão que, ao mesmo tempo, expressa e ratifica experiências de subjetividade presentes em uma sociedade que ainda tem espaço para a visão liberal e para a abordagem da subjetividade com uma visão cientificista e objetivista.

"O conhecimento psicológico passa a ser postulado ao longo do século XX como uma questão fortemente creditada das reduções metodológicas indispensáveis que a psicologia fez, do que decorrem as reduções conceituais.

A Psicologia, ao operar essa subjugação, reduziu o sujeito cognoscente ao sujeito empírico, a consciência à cognição, a subjetividade à objetividade, o humano ao observável. Esse processo de redução levou à exclusão do objeto inicialmente atribuído a ela, a saber, a experiência da subjetividade." (Molon, 1997, p.21)

Entretanto, é necessário destacar que as contradições que a modernidade encerra implicam em outras possibilidades que surgem na história da psicologia, mas em uma história "não oficial" (Molon, 1997). O pensamento e o método dialéticos vão aparecer como uma nova proposta, inaugurada por Vygotski a partir, exatamente, da crítica à separação entre objetividade e subjetividade e da consideração da historicidade como característica fundamental de todas as coisas, de acordo com essa outra perspectiva metodológica.

Pela consideração do caráter histórico do movimento social no qual estão inseridos os indivíduos e por meio do entendimento de que esse movimento, tendo por base a contradição, é um processo contínuo no qual se dão unidade e luta de contrários, transformação da quantidade em qualidade e superação (negação da negação), é possível abordar a realidade e o homem sob um outro enfoque. A subjetividade enquanto experiência humana pode ser tomada com uma outra conformação a partir de um método que entende a relação entre objetividade e subjetividade como uma unidade de contrários, em movimento de transformação constante.

Também a teoria social resultante do materialismo histórico e dialético reforça essa possibilidade, na medida em que representa uma visão alternativa (oposta) à visão liberal de homem. O homem, no materialismo histórico e dialético, só é indivíduo, ou melhor, só se constitui indivíduo porque é social e histórico. Não há um homem universal, não há um homem que se realize individualmente. Há homens concretos, determinados pela realidade social e histórica e, ao mesmo tempo, determinantes, através da ação coletiva, dessa realidade.

O marxismo representa, então, desde seu início, a contraoposição à visão liberal. E, metodologicamente, representa uma alternativa à visão dominante objetivista, que reduzia ou excluía a subjetividade do processo social ou a colocava como uma essência do sujeito individual.

Na psicologia, essa visão representou a possibilidade de entender o sujeito e a subjetividade como produções históricas, na relação dialética com a rea-

lidade objetiva. A psicologia sócio-histórica proporá, então, a partir de Vygotski, que se estudem os fenômenos psicológicos como resultado de um processo de constituição social do indivíduo, em que o plano intersubjetivo, das relações, é convertido, no processo de desenvolvimento, em um plano intra-subjetivo. Assim, a subjetividade é constituída através de mediações sociais, dentre as quais a linguagem é a que melhor representa a síntese entre objetividade e subjetividade, já que o signo é, ao mesmo tempo, produto social que designa a realidade objetiva, construção subjetiva compartilhada por diferentes indivíduos e construção subjetiva individual que se dá através do processo de apropriação do significado social e atribuição de sentidos pessoais.

"En el tratamiento de todos los problemas señalados, Vygotski parte de un hombre que, inserto en su cultura y en sus relaciones sociales, está permanentemente internalizando formas concretas de su actividad interactiva, las que se convierten en sistemas de signos que mediatizan y organizan el funcionamiento integral de todas sus funciones psíquicas. El desarrollo de los sistemas de signos, entre los cuales se destaca de forma particular el lenguaje, sirve de base para el desarrollo de operaciones intelectuales cada vez más complejas, que se apoyan no solo en los sistemas actuales de comunicación del hombre, sino también, y de manera esencial, en la continuidad histórica del desarrollo cultural, posible solo por los distintos sistemas de lenguaje en que se sintetizan los logros esenciales de la cultura a través del tiempo, garantizando la continuidad de su progresiva complejidad en una dimensión histórica." (González Rey, 1996, p. 64)

A partir de Vygotski, a psicologia tem a possibilidade de um caminho que recupera como seu objeto a subjetividade. Embora essa categoria não apareça de forma explícita em sua obra, mesmo porque Vygotski dialogava com uma psicologia dividida na conceituação de seu objeto, como apontamos anteriormente, é possível reconhecer que essa autor fala de um sujeito ativo e histórico, com uma consciência construída a partir de mediações sociais, na qual se inclui o fator subjetivo por excelência, a

"base afetivo-volitiva" (Vygotski, 1991). A possibilidade de considerar a afetividade também na sua constituição social e histórica recupera para a psicologia a subjetividade como objeto, numa visão científica alternativa e sem o risco de redução do conceito.

"Afirmando a constituição sócio-histórica dos processos psicológicos, Vygotsky não perde o sujeito nem a subjetividade, pois os fenômenos psicológicos são relações sociais convertidas no sujeito pela mediação semiótica.

Os fenômenos psicológicos são mediados e não imediatos, são constituídos nas e pelas relações sociais, porém não são simplesmente produtos destas.

Nesta perspectiva, o sujeito é 'quase social', ele não apenas expressa o social e nem o coloca dentro de si em situações artificiais, mas é na relação com os outros e por ela, é na linguagem e por ela que se constitui sujeito e é constituinte de outros sujeitos." (Molon, 1995, p.163)

Apesar de a psicologia sócio-histórica proposta por Vygotski não ter seguido, por condições históricas, um desenvolvimento contínuo, a partir do final da década de 70 ela começa a aparecer no Brasil como uma alternativa na psicologia, representando teoricamente a revisão que a psicologia social buscava fazer para dar conta de explicar o sujeito com o qual se deparava. A realidade social e histórica não só do Brasil, mas de toda a América Latina, impunha essa necessidade de compreender os indivíduos como seres sociais e históricos, específicos, portanto, dessa realidade e que não eram explicados com as teorias que os consideravam de maneira a-histórica e universal. Lane, em vários artigos, enfatiza o modo como a psicologia social nessa época questionou a visão dominante de homem presente nas teorias tradicionais e buscou novas alternativas teóricas e metodológicas, encontrando no método e na teoria materialista histórica e dialética a possibilidade de superação da visão liberal e objetivista de sujeito. (Lane e Codo, 1985. Lane e Sawaia, 1994)

A história da psicologia mostra, então, como a formulação teórica em torno da categoria subjetividade é produto e, ao mesmo tempo, produtora da

experiência de subjetividade, na medida em que revela e explica o sujeito próprio de cada momento histórico, expressando as contradições presentes na realidade.

Nesse sentido, veremos que da mesma forma que a modernidade apresenta então possibilidades diversas, como resultado das contradições históricas que engendram o conjunto de formulações que essa concepção encerra, a "pós-modernidade" apresenta-se como a manifestação histórica do capitalismo na sua fase atual. Veremos que estão presentes nas concepções "pós-modernas" idéias sobre o sujeito e a subjetividade que resultam de críticas a concepções desenvolvidas pela modernidade. Embora pudessem de início ser saudadas como a real superação dos limites presentes nas concepções modernas sobre sujeito e subjetividade, pode-se dizer que significam, na verdade, o risco de negação ou descaracterização total do sujeito, sua "volitização", fenômeno aliás muito próprio de tempos pós-modernos. Ao declarar a falência de todas as versões da modernidade, notadamente a liberal e a marxista, a pós-modernidade trouxe o risco de se "jogar fora o bebê com a água do banho". A breve análise das idéias pós-modernas e de suas implicações para a psicologia, apresentada a seguir, levanta algumas considerações sobre isso.

A subjetividade na pós-modernidade

Entendendo-se a pós-modernidade como um conjunto de idéias que emerge de mudanças sociais, econômicas e políticas, podemos encontrar nesse conjunto duas grandes posições. Um primeiro enfoque define a pós-modernidade como uma nova condição que se caracteriza por alguns pontos básicos reveladores de modificações da condição anterior, os quais implicam a revisão da noção de história como um processo. Um segundo, que também aponta modificações, as vê, entretanto, como decorrentes de um processo histórico, devendo aí ser entendidas, em seu caráter histórico e ideológico.

A primeira forma do debate aponta, então, a série de modificações que expressariam o surgimento de uma nova condição e que passam pelo reconhecimento de que o desenvolvimento do capitalismo, com suas características intrínsecas, leva a uma realidade social, econômica e política nova, totalmente atrelada e dependente do desenvolvimento tecnológico e do desenvolvimento dos signos e símbolos. Uma nova sociedade, cujas leis não são mais as da luta de classes, mas as da produção de símbolos e tecnologia; é a consolidação de uma sociedade tecnológica, com o fim das classes sociais e da dicotomia capital-trabalho.

Tal sociedade requer atenção a suas novas e múltiplas características, devendo-se garantir que as representações sobre ela respeitem toda a complexidade decorrente do avanço tecnológico e toda a gama de diversidades que se abre com o fortalecimento e valorização da produção de signos. Isso coloca a necessidade de se declarar o fim das metanarrativas em todas as suas formas, já que as metanarrativas buscam explicações únicas para a diversidade. Essa realidade atual estaria, então, revelando o fim das ideologias; das totalidades, dos conceitos gerais (tais como sociedade, modo de produção); o fim das teorias sociais. E indicando que a análise deve ser a das especificidades de cada sociedade e deve ser plural.

Do mesmo modo, as idéias de história, progresso, transformação da sociedade não cabem mais, já que, de alguma forma, remetem a noções totalizadoras que não são encontradas na atual condição complexa e diversa. Projetos coletivos, em nome de noções totalizantes, não se sustentam, não têm sentido.

Tais proposições têm em sua base o questionamento da idéia de ciência e razão como únicas referências. Embora a racionalidade científica esteja na base do desenvolvimento tecnológico, a complexidade da sociedade que ele engendra e que se expressa através do desenvolvimento do signo vai além dessa racionalidade, adquirindo até mesmo alguma irracionalidade. Os parâmetros, então, devem se ampliar.

Como representantes desse primeiro enfoque podemos encontrar Lyotard e Baudrillard, conforme análise de Peixoto (1997) que mostra detalhadamente como as características acima elencadas aparecem nas obras desses dois pensadores. Em sua análise, Peixoto diferencia esses dois pensadores de outros do âmbito da chamada pós-modernidade em vários aspectos; entre eles, exatamente a noção de história e, em decorrência, o entendimento da relação das idéias da pós-modernidade com essa noção. Em relação a Lyotard e Baudrillard, mesmo reconhecendo sua contribuição ao entendimento deste período, particularmente este último que, segundo sua compreensão, fornece parâmetros importantes para análise do papel dos meios de comunicação, a autora é crítica:

"Lyotard e Baudrillard, nos textos já citados, cada um a seu modo, declaram na emergência de uma condição pós-moderna, a falência do conhecimento, da razão, ao mesmo tempo em que indicam que as únicas explicações possíveis e permanentes são aquelas contidas na sua concepção pós-moderna.

A concepção pós-moderna aqui se caracteriza como a teoria da ruína universal do conhecimento, tão teórica e tão universalizante como todas as outras declaradas sob suspeita.

Nisso reside sua principal incoerência e ponto importante na diferenciação dos outros autores trabalhados nesse primeiro capítulo." (Peixoto, 1997, p. 79)

Os outros autores a que se refere Peixoto são Jameson, Harvey e Sousa Santos, que, segundo a autora, "trilham a análise de tal condição – a pós-moderna – através de caminhos opostos aos de Lyotard e Baudrillard." (Peixoto, 1997, p. 79)

Esses caminhos passam pelo reconhecimento de que a condição pós-moderna é estrutural, reveladora do desenvolvimento da história e, particularmente, do capitalismo. Um desenvolvimento que continua a se dar com base em contradições e, nesse sentido, mantém-se como movimento de superação. São autores que, dentro da pós-modernidade, fazem uma análise estrutural dessa condição, identificando na atualidade um movimento do capitalismo revelador não só de sua permanência, como apontava o

outro enfoque, mas simultaneamente de possibilidades de sua superação. Por esse aspecto, diferenciam-se do enfoque anterior, pois reafirmam, em vez de negar, a historicidade permanente do desenvolvimento do capitalismo. Representam a segunda maneira de proceder ao debate sobre a pós-modernidade a que nos referimos anteriormente, na qual se preserva a análise das mudanças a partir de categorias gerais e se propõe a consideração de seu caráter ideológico. Na medida em que as referências de análise tomam o momento histórico de forma global, articulada e num movimento contraditório, mantêm como válidas noções totalizadoras, muito embora necessariamente revistas. Assim, reconhece-se o conjunto de mudanças que têm surgido na sociedade atual, mas tenta-se entendê-las de forma articulada, a partir de categorias gerais (história, sociedade, progresso, transformação) indicando que as diferenças de entendimento e de aplicação são ideológicas.

Essa rápida apresentação de alguns enfoques presentes no pensamento pós-moderno teve por objetivo estabelecer um panorama dentro do qual podemos continuar a discussão sobre sujeito e subjetividade.

Pode-se dizer que na perspectiva a-histórica, que nega o processo histórico, que apresenta a sociedade como um conjunto anárquico, que impõe a micro-política e proclama o fim das teorias, da ciência, da razão, da política, ocorre a volta do individualismo metodológico. O sujeito é fragmentado como decorrência da possibilidade de múltiplas experiências e projetos e da impossibilidade de políticas e projetos gerais.

Por outro lado, na perspectiva histórica, são fornecidos elementos para se compreender o sujeito como expressão deste momento. Assim, discute-se como as novas características da produção capitalista, a acumulação flexível do capital, as modificações das relações de produção, o império das leis de mercado, a supervalorização do consumo dissolvem o sujeito. Mas discute-se, principalmente, como essa dissolução do sujeito tem caráter ideológico e não é um resultado inexorável do processo humano. Se o sujeito da modernidade, no auge do

desenvolvimento capitalista baseado na produção fordista, era o sujeito formado para o trabalho, necessariamente letrado e especialista, em relação ao qual as teorias fundadas nos princípios da modernidade forneciam elementos explicativos adequados e suficientes, o sujeito requerido por esta fase pós-moderna é outro. Num momento do capitalismo em que o trabalho se modifica e em que o desenvolvimento tecnológico implica em um desemprego estrutural, implica em exclusão, o sujeito deve estar apto a trabalhar em várias coisas, deve ter conhecimentos gerais, deve ser generalista. Na verdade, esse sujeito não pode ser formado no eixo do trabalho, ou da valorização do trabalho. Mais do que o trabalho, é o símbolo que tem valor; o domínio vem do conhecimento, a máquina que domina é a máquina do conhecimento. Isso mostra que a concepção de sujeito muda juntamente com as noções explicativas sobre ele.

Mantendo na análise da pós-modernidade o mesmo referencial que utilizamos para discutir a subjetividade na modernidade, podemos perceber a nova concepção de sujeito como produto histórico. Também a subjetividade possível enquanto experiência desse sujeito é histórica e expressa, enquanto categoria, essas possibilidades, que são contraditórias. Num mundo que valoriza o local, o específico, o individual, parece que todas as chances estão dadas para os sujeitos enquanto indivíduos. Será? As individualidades têm se realizado? E, caso a resposta seja afirmativa, isso é suficiente para a felicidade e para a emancipação humanas?

Se considerarmos, além das contradições históricas próprias desta fase do capitalismo, que as possibilidades que a modernidade colocava para o sujeito também eram contraditórias e não foram plenamente realizadas e superadas, podemos entender a pós-modernidade como uma reapresentação de tais contradições.

A própria discussão sobre o sujeito revela essa passagem, sem superação das contradições, de um momento para o outro. Podemos dizer que o questionamento da noção de um sujeito racional, que deveria ser apreendido de maneira objetiva e neutra, que a própria modernidade faz, abre caminho para as re-

visões hoje propostas. Assim, se o positivismo, enquanto teoria que exacerba e cristaliza as características metodológicas da modernidade, perdeu o sujeito e a subjetividade, Husserl, Freud e Marx, cada um de uma forma, recuperam esse sujeito: o sujeito individual e intersubjetivo (Husserl); o sujeito para além da racionalidade, com o inconsciente (Freud); e o sujeito coletivo e histórico (Marx). Entretanto, como já apontamos anteriormente, o problema metodológico da cisão entre objetividade e subjetividade não se resolve igualmente nos três. Entendemos que só o pensamento dialético representa a possibilidade de superação dessa cisão, o que, entretanto, não se concretizou totalmente na evolução do pensamento marxista, por razões históricas.

Uma análise do desenvolvimento do marxismo mostra que ele também teve dificuldades em superar tal cisão, apesar de deter o instrumental teórico e conceitual para fazê-lo. São claros os exemplos de reducionismos cometidos em nome da dialética, na direção de visões estruturalistas e gerais que anulavam o indivíduo e negavam a subjetividade individual. Esse desvio no pensamento marxista colaborou para que se fizesse a negação de toda a modernidade, mesmo naquilo que ela apresentava de contraditório e, portanto, de possibilidade de superação. Na medida em que o paradigma positivista predomina e penetra até mesmo no pensamento que o nega, abre-se um campo possível e até certo ponto necessário de negação de todas as concepções surgidas na modernidade. A "morte do sujeito" decretada por Foucault tem esse papel de matar o sujeito racional, reduzido, empobrecido, para recuperar um sujeito pleno. Nesse sentido, o questionamento do paradigma positivista e da concepção moderna de sujeito pode abrir novas perspectivas. Mas, considerando a realidade histórica que engendrou esse questionamento e que está na sua base, é preciso considerar a possibilidade de que outros reducionismos ocorram, fenômeno que já aparece nos novos fundamentalismos.

As implicações disso para a psicologia ficam claras quando se observam as várias abordagens atuais, que têm em comum considerar o sujeito enquanto produtor de significados. Essas abordagens

têm como aspecto importante a afirmação de um sujeito. Mas diferem no estatuto que dão a ele. Se observarmos como consideram a questão da existência de uma essencialidade desse sujeito, poderemos destacar diferenças. Várias delas entendem que o essencial no sujeito é a possibilidade de construção da realidade, a partir da construção do significado. Nesse sentido, em última instância, os sujeitos são "práticas discursivas" e o conhecimento é uma construção, não emana de uma materialidade. Em última instância, nega-se qualquer essencialidade do sujeito. O sujeito é construído juntamente com a construção de significados.

No contexto da pós-modernidade, poderíamos dizer que tais concepções representam uma contraposição às essencialidades reducionistas. Mas não haveria aqui, também, um risco de se perder o sujeito, tão volátil ele se apresenta?

Como alternativa a isso podemos reconhecer autores que contribuem com a psicologia trazendo a idéia de uma essencialidade processual, histórica, como fazem os que se colocam a partir da matriz marxista (Heller, Habermas). E podemos reconhecer a psicologia sócio-histórica que se desenvolve a partir de Vygotski. O sujeito interativo da concepção sócio-histórica constitui-se na relação, mas não é constituído pelo outro apenas. Assim, a produção de significados é fundamental, mas, além de significar, o sujeito vivencia, experimenta, age e, nesse sentido, tem *sua* subjetividade. A redução semiótica, na verdade, embora pareça valorizar a relação, a construção social, cria uma realidade sem o sujeito. Nesse sentido, recuperar a idéia de um sujeito com essencialidade, mas uma essencialidade processual, histórica, é fundamental.

Como estas, várias outras questões presentes hoje na psicologia representam, podemos dizer, um duplo desafio: enfrentar, como faz o pensamento pós-moderno, os limites da modernidade, avançando na compreensão integral do sujeito e da subjetividade; e enfrentar os riscos da pós-modernidade, de se perderem, juntamente com as críticas, as referências que podem dar sustentação a um conhecimento historicamente significativo sobre sujeito e subjetividade.

Referências bibliográficas

- Bock, A.M.B. (1997). *As aventuras do Barão de Munchhausen na psicologia: um estudo sobre o significado do fenômeno psicológico na categoria dos psicólogos*. Tese de Doutorado, PUC/SP.
- Figueiredo, L.C.M. (1987). W. Wundt e alguns impasses na psicologia: uma proposta de interpretação. Em M.C. Guedes (org). *História da Psicologia*. São Paulo: EDUC.
- Figueiredo, L.C.M. (1997). *Psicologia, uma (nova) introdução*. São Paulo: EDUC.
- González Rey, F. (1996). L.S. Vigotsky: presencia y continuidad de su pensamiento en el centenario de su nacimiento. *Psicología e Sociedade*, 8(2), 63-81.
- Lane, S.T.M. e Codo, W. (orgs) (1985). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S.T.M. e Sawaia, B.S. (orgs) (1995). *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense / EDUC.
- Molon, S.I. (1995). *A questão da subjetividade e da constituição do sujeito nas reflexões de Vygotsky*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP.
- Molon, S.I. (1997). O processo de exclusão/inclusão na constituição do sujeito. Em A.V. Zanella (org). *Psicologia e Práticas Sociais*. Porto Alegre: ABRAP-SOSUL.
- Peixoto, M.G. (1997). *Pós-modernidade, democracia e educação*. Tese de Doutorado: PUC/SP.
- Vygotsky, L.S. (1991). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.